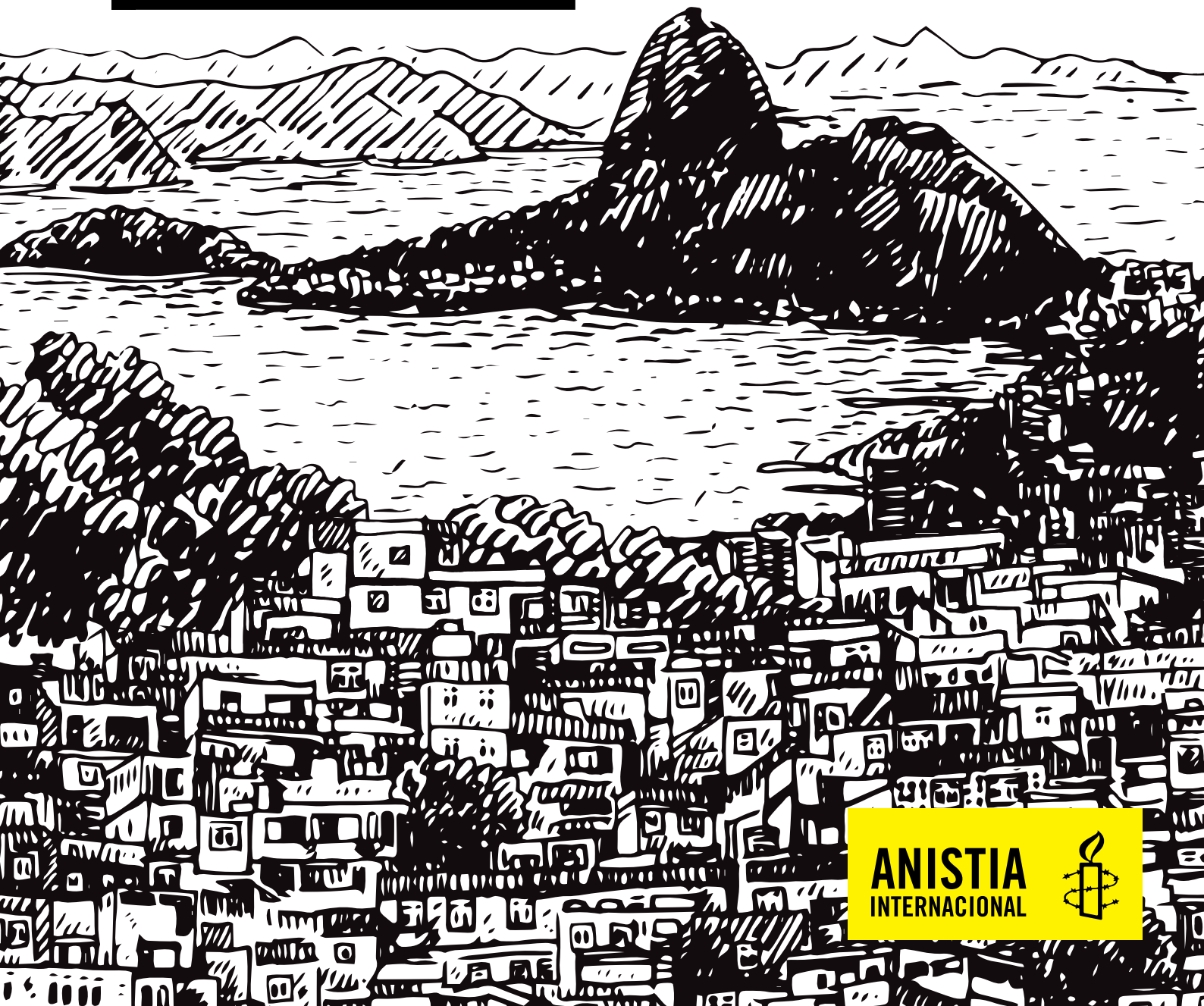
A VIOLÊNCIA NÃO FAZ PARTE DESSE JOGO!

RISCO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NAS OLIMPIÁDAS RIO 2016



ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento mundial com mais de 7 milhões de apoiadores, membros e ativistas que fazem campanhas para acabar com os mais graves abusos dos direitos humanos em mais de 160 países e territórios. Somos independentes de quaisquer governos, ideologias políticas e interesses econômicos ou religiões, sendo financiados, sobretudo, por doações individuais.

Publicado originalmente em 2016 por

Anistia Internacional Brasil
Praça São Salvador, nº 5
Laranjeiras
Rio de Janeiro/RJ
22231-170

Amnesty International Ltd
Peter Benenson House
1 Easton Street London
WC1X ODW
United Kingdom

©Amnesty International 2016
Índice: AMR 19/4088/2016
Idioma original: Inglês
Versões: Português e espanhol
Impresso em português pela Anistia Internacional Brasil
Todos os direitos reservados.

Esta publicação possui direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e de campanhas, não podendo ser comercializada.
Pede-se que tais usos sejam informados aos detentores dos direitos para que sua divulgação possa ser acompanhada. Para a reprodução deste conteúdo em quaisquer outras circunstâncias, ou para sua reutilização em outras publicações, bem como para tradução e adaptação, uma autorização prévia e por escrito deve ser obtida dos editores. Para solicitar permissão ou outras informações, escreva para comunicacao@anistia.org.br.

Ficha Técnica
Fotos: AF Rodrigues, Betinho Casas Novas, Luiz Baltar, Genilson Araújo / Agência O Globo, Lazylama / Shutterstock, Roberto Moreyra / Agência O Globo, Bruno Morais, Renata Neder, Cintia Erdens Paiva / Shutterstock.com
Capa: Ilustração da cidade do Rio de Janeiro
Projeto gráfico: REC Design

Forças Armadas no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, 2014.

Construção do Parque Olímpico, Rio de Janeiro, 2015.

1. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

“O Conselho de Direitos Humanos da ONU apela a todos os países para que cooperem com o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional em seus esforços de usar o esporte como uma ferramenta para promover os direitos humanos, o desenvolvimento, a paz, o diálogo e a reconciliação durante e após os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em particular, através do cumprimento da Trégua Olímpica.”

(Resolução aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos em 24 de março de 2016, A/HRC/RES/31/23)

Em agosto de 2016, a cidade do Rio de Janeiro sediará os Jogos Olímpicos. A Anistia Internacional alerta que as experiências anteriores com megaeventos esportivos realizados no país (Jogos Pan-Americanos de 2007 e Copa do Mundo de 2014), associadas com um histórico de violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança brasileiras, levantam preocupações sobre o risco potencial de violações de direitos humanos antes e durante os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Nos últimos anos, a relação entre direitos humanos e megaeventos esportivos ganhou destaque em todo o mundo. Existem abusos e violações de direitos humanos diretamente relacionados com as preparações de grandes eventos, como remoções forçadas para a construção de novas instalações desportivas e outras infraestruturas e a exploração de trabalho ou trabalho forçado especialmente no setor da construção civil. Um megaevento esportivo tende a aumentar as violações de direitos humanos que já ocorrem na cidade ou país sede. Entre outros tipos de abusos cometidos por agentes responsáveis por fazer cumprir a lei estão violações como: restrições indevidas dos direitos à liberdade de expressão e manifestação pacífica e detenções arbitrárias de moradores de rua.[1]

Na preparação para a Copa do Mundo de 2014, os direitos humanos foram progressivamente restringidos e violados pelas forças de segurança brasileiras. Desde 2013, as forças policiais em todo o Brasil fizeram uso excessivo e desnecessário da força para dispersar protestos, em sua maioria pacíficos, incluindo o uso abusivo das chamadas armas “menos letais” que resultou em centenas de pessoas feridas e detidas arbitrariamente, entre elas jornalistas e ativistas da mídia.[2] O uso dos militares para realizar tarefas relacionadas à segurança pública e policiamento de manifestações, incluindo uma operação de abril de 2014 a junho 2015 nas favelas do Complexo da Maré, também resultou em uma série de violações de direitos humanos.[3] Autoridades do governo anunciaram um plano para implementar um modelo semelhante de operações de segurança durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, levantando preocupações sobre a segurança e a integridade de manifestantes pacíficos e daqueles que vivem em locais onde espera-se que a força militar seja empregada para policiamento, particularmente em favelas e periferias.

Durante vários anos, houve uma queda registrada no número de homicídios decorrentes de intervenções policiais[4] no estado do Rio de Janeiro. No entanto, em 2014, quando foi realizada a Copa do Mundo, o número aumentou em 40%, conforme documentado pela Anistia Internacional em seu relatório de 2015 “Você matou meu filho”[5]. Em 2015, a tendência de aumento de homicídios decorrentes de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro continuou.

As autoridades brasileiras, bem como os organismos de regulação esportiva nacionais e internacionais, devem tomar todas as medidas adequadas para garantir que não ocorram violações de direitos humanos em consequência da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, e nem que a realização deste megaevento esportivo contribua para agravar abusos recorrentes.

---

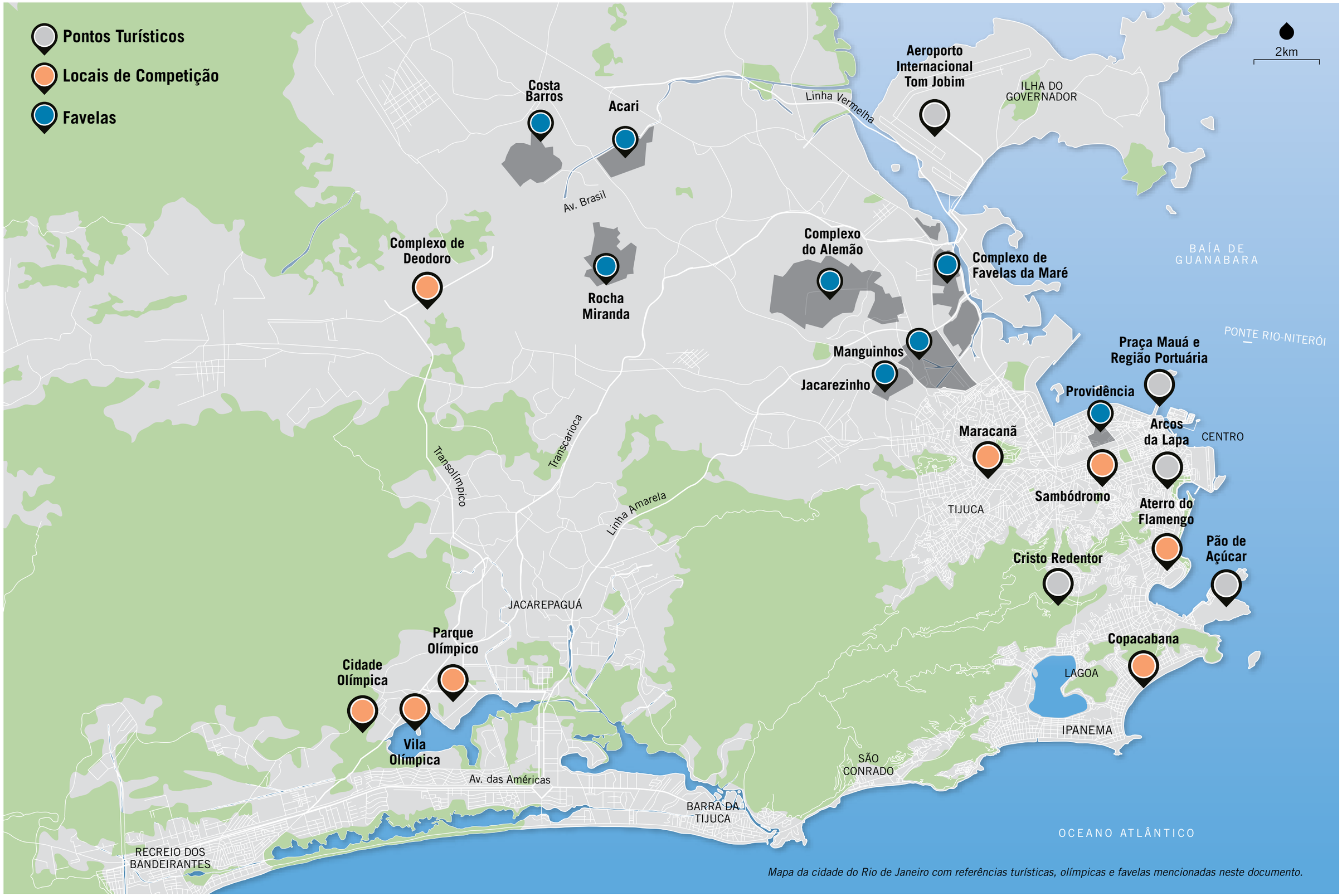
1 A Anistia Internacional tem trabalhado em casos de violações de direitos humanos antes e durante os megaeventos esportivos na China (Jogos Olímpicos de Pequim de 2008), Rússia (Jogos Olímpicos de Inverno de 2014), Brasil (Copa do Mundo de 2014), Qatar (Copa do Mundo de 2022) e Azerbaijão (Jogos Europeus de 2015).

2 Anistia Internacional, *Eles usam uma estratégia de medo* (Índice: AMR 19/005/2014) www.amnesty.org/en/documents AMR19/005/2014/en/

3 Informe 2015/2016 da Anistia Internacional, entrada sobre o Brasil (Índice: POL 10/2552/2016) www.amnesty.org/en/countries/americas/brazil/report-brazil/

4 “Homicídio decorrente de intervenção policial” é o termo administrativo usado pela polícia no Rio de Janeiro para registrar casos de pessoas mortas durante operações policiais

5 Anistia Internacional, *Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro* (Índice: AMR 19/2068/2015) www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/



Mapa da cidade do Rio de Janeiro com referências turísticas, olímpicas e favelas mencionadas neste documento.

Forças Armadas na favela do Complexo da Maré, Rio de Janeiro, 2014.

2. OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COMPROMETEM LEGADO OLÍMPICO

"Temos planos de segurança extremamente detalhados. São planos exemplares que foram entregues antes do prazo."

Carlos Arthur Nuzman, presidente do Rio 2016.[6]

6 Site oficial dos Jogos Olímpicos www.rio2016.com/en/news/security-plans-delivered-for-all-rio-2016-olympic-and-paralympic-games-venues

Quando o Rio de Janeiro apresentou sua candidatura para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, uma série de promessas foram feitas como parte do legado dos jogos, incluindo a geração de melhores condições de segurança para todas as pessoas na cidade, no estado e no país. As autoridades também disseram que o planejamento de segurança pública já tinha começado com os Jogos Pan-Americanos, em 2007, e com a Copa do Mundo, em 2014:

> *"Os três níveis de governo trabalharão em conjunto para garantir um ambiente seguro e agradável para os Jogos Olímpicos. Os Jogos Olímpicos funcionarão como um catalisador de melhorias de longo prazo nos sistemas de segurança do Rio de Janeiro, representando uma oportunidade real de transformação, através de um processo que começou com os Jogos Pan-Americanos de 2007 e tem evoluído com os preparativos para a Copa do Mundo de 2014. O planejamento da operação de segurança dos Jogos Olímpicos foi baseado em uma avaliação completa da segurança e riscos relacionados realizada por peritos em gestão de riscos e segurança internacionais, trabalhando em conjunto com autoridades brasileiras competentes... A experiência brasileira em garantir a segurança de grandes eventos realizados na cidade... assegurará a entrega de uma operação de segurança bem-sucedida e hospitaleira. A população em geral já está recebendo os benefícios do projeto Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio de Janeiro implantado com base em um planejamento responsável e cuidadoso."*[7]

No entanto, vários casos emblemáticos documentados pela Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos, juntamente com estatísticas oficiais disponíveis sobre abusos cometidos por agentes responsáveis por fazer cumprir a lei, sinalizam um quadro diferente. Os organizadores não conseguiram cumprir as condições prometidas, e violações de direitos humanos no contexto das operações de segurança pública ainda ocorrem. É grande o risco de aumento de violações cometidas diretamente como resultado dos Jogos Olímpicos. A atual crise financeira no estado do Rio de Janeiro, que resultou em cortes de orçamento para o setor de segurança pública, também pode contribuir para aumentar esse risco.

O secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, disse em entrevista à imprensa que os planos de segurança para o Rio de Janeiro incluem o destacamento de cerca de 65 mil policiais e até 20 mil militares para atuar durante os Jogos Olímpicos, a maior operação de segurança da história brasileira.[8] No entanto, o Sr. Beltrame disse que o número inicialmente previsto de forças de segurança pública oriundas de outros estados ou do governo federal será significativamente menor.[9] Isso significa que não há nenhuma confirmação oficial sobre o número exato das forças de segurança previstas para atuar durante os Jogos Olímpicos. É esperado que os militares, bem como outras forças de segurança federais, sejam enviados para as favelas do Rio de Janeiro como parte da estratégia de segurança pública dos Jogos Olímpicos. Isso levanta preocupações de que as violações de direitos humanos aconteçam e não sejam investigadas, nem responsabilizadas de maneira adequada, como em incidentes recentes e passados. Um membro da equipe de segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016 declarou à imprensa que um estudo feito pelas forças armadas e pela Secretaria de Segurança Pública indica que os militares seriam enviados a pelo menos seis favelas, e realizariam as operações de segurança pública nas vias de acesso para outras favelas.[10]

7 Site oficial dos Jogos Olímpicos, pergunta nº 23 sobre a segurança nos Jogos Olímpicos http://secure.rio2016.com/en/transparency/frequently-asked-questions

8 Entrevista para a Associated Press, "Rio security head says cuts impact Olympics", 6 de maio de 2016 http://hosted.ap.org/dynamic/stories/o/oly_rio_security_cuts?site=ap&section=home&template=default&ctime=2016-05-06-15-38-13

9 Entrevista com José Mariano Beltrame, Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em 11 de maio 2016 http://oglobo.globo.com/rio/beltrame-rio-vai-receber-menos-policiais-para-os-jogos-olimpicos-19275776

10 "*Exército deve ocupar seis favelas durante a Olimpíada do Rio, em agosto*", 13 de maio de 2016, http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1770856-exercito-deve-ocupar-seis-favelas-durante-a-olimpiada-do-rio-em-agosto.shtml

Polícia Militar no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2016.

Operações de segurança em favelas – lições não aprendidas

O Rio de Janeiro tem um histórico ruim em relação ao uso das forças armadas e outras forças de segurança federais para realizar tarefas relacionadas à segurança pública e policiamento nas favelas. Em 14 de junho de 2008, militares sequestraram três adolescentes da favela da Providência e posteriormente os entregaram a membros de gangues criminosas de uma favela rival que, em seguida, os mataram. Essas tropas foram enviadas para a Providência a fim de policiar a favela durante a implementação de um projeto de urbanização.[11]

No ano anterior, pouco antes dos Jogos Pan-Americanos de 2007, houve relatos de organizações de direitos humanos locais e de moradores de favelas específicas sobre execuções extrajudiciais, espancamentos e roubos feitos por agentes de segurança durante as operações de segurança no Rio de Janeiro. Em junho de 2007, 1.350 oficiais das polícias civil e militar do Rio de Janeiro e da Força Nacional de Segurança Pública executaram uma operação policial no grupo de favelas conhecido como Complexo do Alemão em que pelo menos 19 pessoas foram mortas, incluindo um menino de 13 anos de idade. O episódio ficou conhecido como "Chacina do Pan", fazendo referência ao megaevento esportivo que aconteceria na cidade. A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro e a Secretaria Especial de Direitos Humanos do governo federal realizaram investigações independentes dos relatórios forenses oficiais e assinalaram que havia fortes indícios de execuções extrajudiciais.[12] Em 2007, o ano dos Jogos Pan-Americanos, pelo menos 902 pessoas foram mortas pela polícia somente na cidade do Rio de Janeiro.

Em 20 de dezembro de 2013, antes da Copa do Mundo de 2014, o Ministério da Defesa emitiu novas diretrizes para o uso de militares em operações de garantia da lei e da ordem e trabalhos de policiamento, através do documento MD33-M-10, "Garantia da Lei e da Ordem" (GLO). Esse documento foi atualizado em fevereiro de 2014. A Anistia Internacional enviou uma carta oficial ao Ministro da Defesa, ao Ministro da Justiça e ao Ministro da Secretaria Geral da Presidência expressando suas preocupações sobre o uso de militares para realizar tarefas relacionadas à segurança pública em favelas, ressaltando experiências anteriores no Rio de Janeiro que resultaram em violações de direitos humanos. A Anistia Internacional também apelou para que as autoridades estabelecessem mecanismos de responsabilização e transparência específicos como parte da estrutura da GLO.

Em abril de 2014, pouco antes da Copa do Mundo, tropas militares foram destacadas como parte da estratégia de segurança pública para o Complexo da Maré, um grupo de 16 favelas onde residem cerca de 140 mil pessoas, localizado perto do aeroporto internacional do Rio de Janeiro. As forças armadas deveriam se retirar logo após o fim do evento esportivo, mas continuaram a exercer funções de policiamento na favela até junho de 2015, quase um ano depois do final da Copa do Mundo. Os moradores da Maré relataram uma série de violações de direitos humanos cometidas pelos militares durante esse período, incluindo violência física e tiroteios.[13]

Vitor Santiago e sua mãe Irone em casa, Complexo da Maré, Rio de Janeiro, 2016

VITOR SANTIAGO, BALEADO PELAS FORÇAS ARMADAS A CAMINHO DE CASA

No início da manhã de 13 de fevereiro de 2015, Vitor Santiago Borges, de 30 anos de idade, foi baleado por membros das forças armadas no complexo de favelas da Maré. Vitor Santiago estava indo de carro para casa com amigos. Quando entraram na Maré, notaram soldados por toda parte. Os soldados mandaram que parassem o carro e fizeram uma busca no grupo e no veículo. Vitor Santiago e seus amigos foram autorizados a prosseguir, mas apenas alguns metros adiante se depararam com um outro posto de controle militar. Sem qualquer aviso, os soldados abriram fogo contra o veículo. Vitor Santiago foi baleado duas vezes e o motorista do carro uma vez; os outros não foram feridos. Devido à gravidade de seus ferimentos, Vitor Santiago ficou em coma por uma semana e teve que permanecer no hospital por mais de três meses. Seus ferimentos o deixaram paralisado da cintura para baixo e uma de suas pernas teve de ser amputada. As autoridades não forneceram assistência adequada a ele ou a sua família, nem conduziram uma investigação completa e imparcial dos disparos.[14]

11 Anistia Internacional, *Brazil: Faces behind the statistics - report challenges long standing impunity in Rio*. Declaração pública, 10 de março de 2009 (Índice: AMR 19/006/2009) www.amnesty.org/download/Documents/44000/amr190062009en.pdf
The Justice system working against justice – decisions set free military and policemen accused of crimes and rights violations, 26 de março de 2009, www.redecontraviolencia.org/Documentos/445.html

12 Informe 2008 da Anistia Internacional (Índice: POL 10/001/2008), entrada sobre o Brasil, p. 74 www.amnesty.org/en/documents/pol10/001/2008/en/

13 Informe 2015/2016 da Anistia Internacional (Índice: POL 10/2552/2016), p. 82 www.amnesty.org/en/documents/pol10/2552/2016/en/

14 Naomi Westland, "Trigger-happy: Rio's security forces show their true colours ahead of Olympics" www.amnesty.org/en/latest/news/2016/04/rios-true-colours-police-shootings-in-favelas-olympics/

© LUIZ BALTAR / ANISTIA INTERNACIONAL

Protesto contra violência policial no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2015.

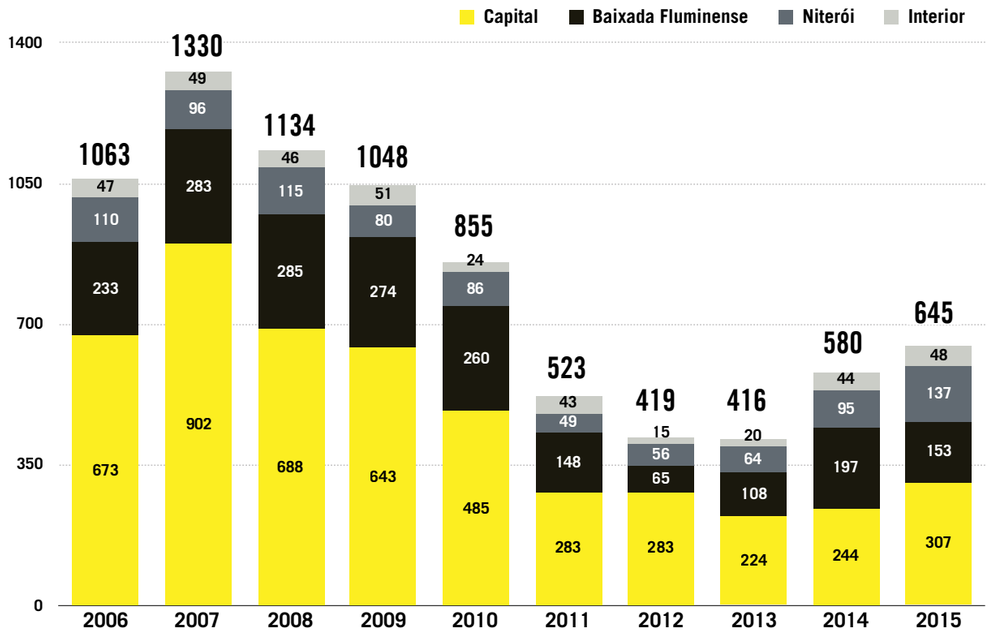
3. HOMICÍDIOS EM OPERAÇÕES POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO

“Por que você fez isso?” *Pergunta de um pai ao policial que matou seu filho.*[15]

O Rio de Janeiro é historicamente conhecido por suas altas taxas de letalidade durante operações policiais. Entre 2006 e 2015, cerca de 8 mil pessoas foram mortas durante operações policiais no estado do Rio de Janeiro, sendo que só na capital foram mortas mais de 4.700 pessoas. Os números diminuíram entre 2007 e 2013, mas em 2014, o ano da Copa do Mundo, houve um aumento de 39,4% no número de homicídios decorrentes de intervenções policiais no estado em comparação ao ano anterior.[16] A tendência de aumento continuou em 2015. Nesse ano, 645 pessoas foram mortas durante operações policiais no estado do Rio de Janeiro, sendo que 307 delas foram mortas na capital. Isso representa um aumento de 11,2% no estado em comparação com 2014. A maioria das vítimas fatais durante operações policiais é de jovens negros.[17]

15 O pai de uma criança morta pela polícia falando com o agente que matou seu filho, em 29 de outubro de 2015.

Gráfico 01: Número de homicídios decorrentes de intervenções policiais por região do estado do Rio de Janeiro entre 2006 e 2015



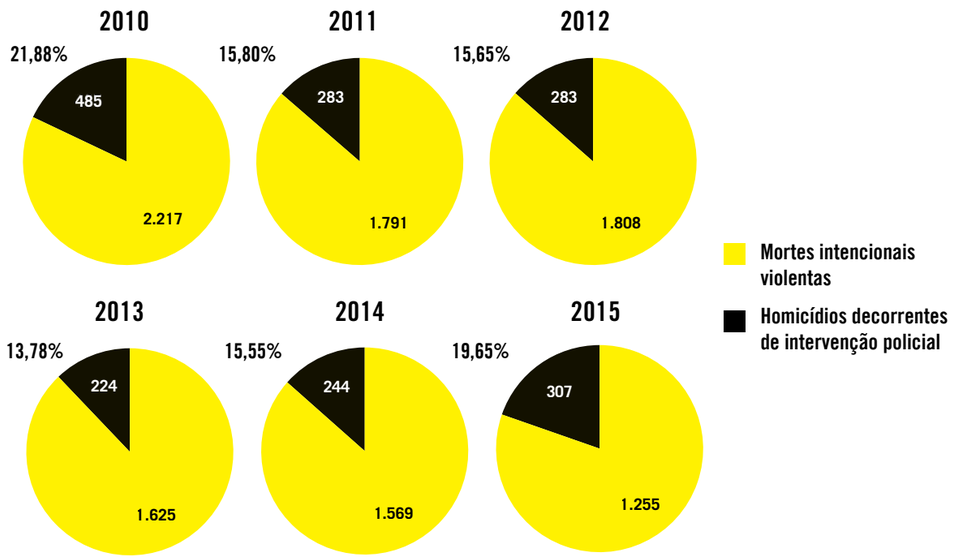
Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

Policiais em serviço são responsáveis por uma percentagem significativa do número total de pessoas mortas na cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos seis anos, esse percentual variou de cerca de 13% para mais de 21%. Em 2015, uma em cada cinco pessoas mortas na cidade morreu em decorrência de intervenções policiais. Esse número poderia ser potencialmente maior considerando que alguns casos de mortes durante operações policiais são oficialmente registrados como “homicídios” genéricos e não como “homicídio decorrente de intervenção policial”. Este foi o caso de Eduardo de Jesus, um menino de 10 anos de idade, morto pela polícia no dia 2 de abril de 2015, no Complexo do Alemão.

16 Anistia Internacional, *Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro* (Índice: AMR 19/2068/2015) www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/

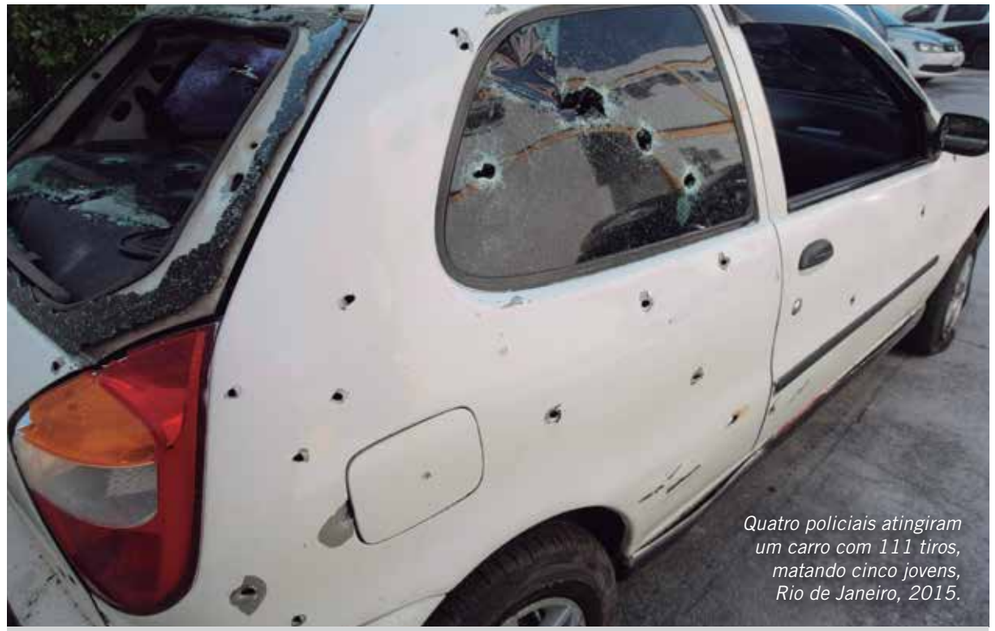
17 Ao analisar os dados desagregados do perfil das vítimas mortas durante as operações policiais na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2013, a Anistia Internacional identificou que 99,5% das vítimas eram homens, 79% eram negros e 75% eram jovens (entre 15 e 29 anos de idade).

Gráfico 02: Número de mortes intencionais violentas e homicídios decorrentes de intervenções policiais na cidade do Rio de Janeiro entre 2010 e 2015



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

Favela Santa Marta, Rio de Janeiro, 2016.



Quatro policiais atingiram um carro com 111 tiros, matando cinco jovens, Rio de Janeiro, 2015.

CINCO RAPAZES, 111 TIROS

Na noite de 28 de novembro de 2015, cinco jovens negros com idades entre 16 e 25 anos foram mortos a tiros por policiais militares do 41º Batalhão da Polícia Militar, no bairro Costa Barros no Rio de Janeiro.[18] Roberto de Souza Penha, de 16 anos, Wesley Castro Rodrigues, de 25 anos, Wilton Esteves Domingos Junior, de 20 anos, Cleiton Corrêa de Souza, de 18 anos e Carlos Eduardo da Silva Sousa, de 16 anos, eram amigos e haviam passado o dia juntos. Estavam em seu carro à procura de um lugar para jantar. Quatro policiais dispararam 111 tiros contra o veículo quando este passou por eles. Os cinco rapazes morreram imediatamente.

Investigações adicionais e informações obtidas pela Anistia Internacional indicaram que os policiais dispararam contra o carro a partir de diferentes ângulos, enquanto o rodeavam. Existem também indicações de que, mais tarde, esses policiais manipularam a cena do crime, colocando uma arma perto do carro, na tentativa de incriminar as vítimas e justificar as mortes. Em abril de 2016, os quatro policiais militares estavam em prisão preventiva e haviam sido acusados de homicídio doloso e fraude; o processo penal estava em sua fase inicial (instrução).

Em 29 de outubro de 2015, um mês antes dos assassinatos em Costa Barros, um policial do mesmo batalhão da polícia militar matou dois jovens de 17 e 24 anos de idade. Eles estavam andando de moto e um deles estava carregando um macaco hidráulico, um instrumento mecânico. O policial alegou ter confundido a ferramenta de metal com uma arma. O caso ainda está sendo investigado.

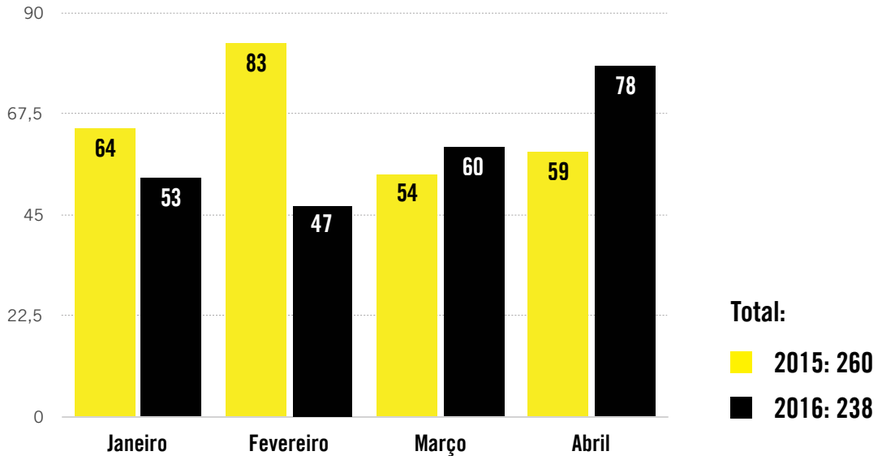
O 41º Batalhão da Polícia Militar foi denunciado anteriormente pela Anistia Internacional por seus altos registros de mortes durante operações e por fortes evidências de execuções extrajudiciais. O comandante da unidade foi substituído após os cinco rapazes terem sido mortos em Costa Barros. Ele foi temporariamente afastado de suas funções, mas em abril de 2016 foi reinstituído como comandante de um outro batalhão da polícia militar na cidade do Rio de Janeiro.

18 Informe 2015/2016 da Anistia Internacional (Index: POL 10/2552/2016), p. 82 www.amnesty.org/en/documents/pol10/2552/2016/en/

Os primeiros quatro meses de 2016

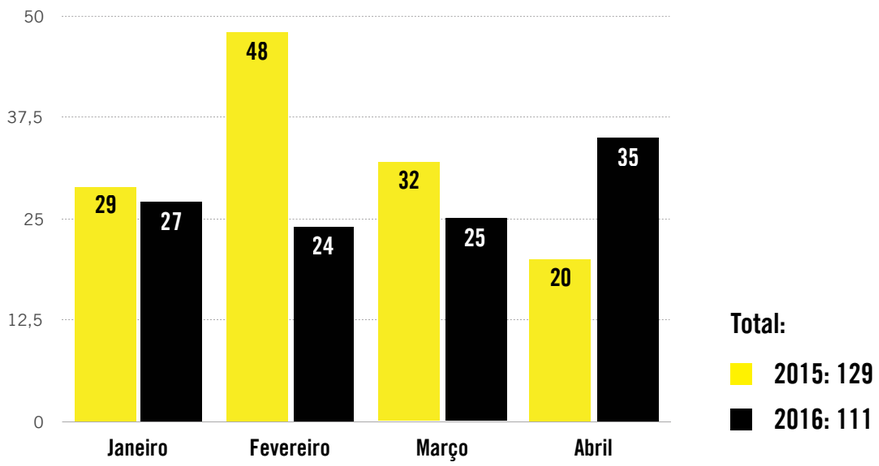
Comparando os primeiros quatro meses de 2016 com o mesmo período do ano anterior, há uma redução de 8,5% no número de casos de homicídios decorrentes de intervenções policiais no estado do Rio de Janeiro e uma redução de 13, 9% na cidade do Rio. A redução ocorreu principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, mas dados mais recentes mostram que não há garantias de que esta tendência continue nos próximos meses. O mês de abril de 2016 já apresentou um aumento significativo em comparação com o ano anterior, o que levanta sérias preocupações em relação aos próximos meses.

Gráfico 03: Homicídios decorrentes de intervenção policial no estado do Rio de Janeiro, de janeiro a abril de 2015 e 2016



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

Gráfico 04: Homicídios decorrentes de intervenção policial na cidade do Rio de Janeiro, de janeiro a abril de 2015 e 2016



Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

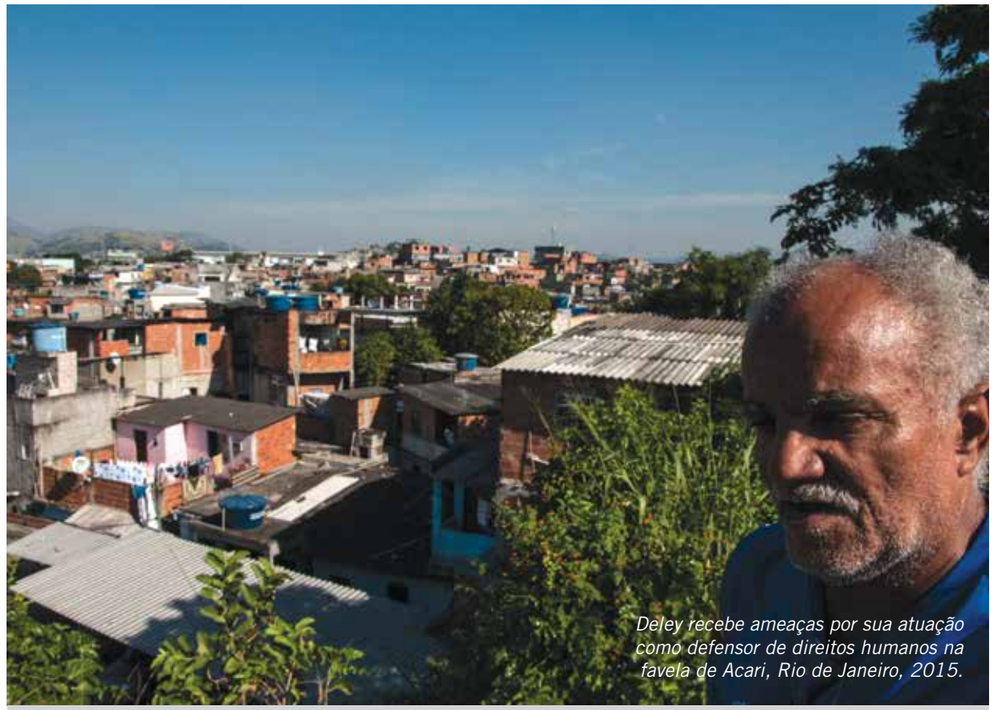
No último trimestre de 2015, a polícia militar do Rio de Janeiro começou a implementar um programa de controle do uso da força com o objetivo principal de reduzir o uso de força letal e armas de fogo em operações policiais, reduzindo assim o número de pessoas mortas. O programa destina-se a identificar batalhões e policiais específicos com os índices mais altos de uso de armas de fogo para que recebam treinamento. O Comandante Geral da Polícia Militar afirmou que, depois de alguns meses, os impactos positivos já podem ser observados. No entanto, uma análise mais detalhada se faz necessária para entender de forma adequada as razões da redução dos números de pessoas mortas pela polícia e assegurar que esta tendência continuará durante todo o ano de 2016.

Por outro lado, houve um aumento no número e na forma repressora das operações policiais durante os meses de abril e maio de 2016. A Anistia Internacional, em conjunto com organizações locais da sociedade civil e defensores dos direitos humanos, reuniu informações que indicam um aumento de operações policiais violentas em várias favelas, nas quais várias pessoas foram mortas e muitas outras ficaram feridas.

Favela Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, 2016.

Mortes durante operações policiais em abril e início de maio de 2016, no Rio de Janeiro

Nas primeiras semanas de abril de 2016, pelo menos 11 pessoas foram mortas e outras ficaram feridas durante operações policiais que se intensificaram na cidade do Rio de Janeiro e arredores. Moradores de várias favelas sofreram com horas de tiroteios intensos. Em 2 de abril, um menino de cinco anos de idade foi morto em uma operação da polícia militar em Magé, município da região metropolitana do Rio, e outras duas pessoas ficaram feridas. Em 4 de abril, cinco pessoas foram mortas na favela de Acari em uma operação conjunta das polícias federal e civil. No mesmo dia, um jovem foi morto na favela de Manguinhos durante uma outra operação da polícia militar. Em 7 de abril, pelo menos duas pessoas foram mortas no Jacarezinho, também durante uma operação da polícia militar. Entre 16 e 17 de abril, uma grande operação da polícia militar no Complexo do Alemão resultou em dois mortos e nove feridos; os moradores testemunharam 36 horas de tiroteios intensos. Entre 5 e 6 de maio, seis pessoas (incluindo um policial) foram mortas durante uma operação da polícia militar na Providência. Em 7 e 8 de maio, ocorreram grandes operações policiais em Manguinhos, Alemão, Rocha Miranda e Acari. Os relatórios iniciais indicam que em 8 de maio, em Manguinhos, uma pessoa morreu e três outras ficaram feridas. No mesmo dia, na favela Jorge Turco, em Coelho Neto, foi relatado que duas pessoas foram mortas durante um tiroteio intenso entre a polícia e membros de gangues criminosas. Em 7 de maio, no Complexo do Alemão, pelo menos três pessoas ficaram feridas e uma mulher foi morta durante uma operação policial.



Deley recebe ameaças por sua atuação como defensor de direitos humanos na favela de Acari, Rio de Janeiro, 2015.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS SOB AMEAÇA

Os defensores de direitos humanos que atuam nas favelas desempenham um papel fundamental na proteção dos direitos humanos. Eles têm sido cruciais em denunciar abusos policiais e execuções extrajudiciais. Em várias ocasiões, esses defensores de direitos humanos foram perseguidos, intimidados e ameaçados por policiais que querem calar aqueles que denunciam violações de direitos humanos. Nas duas últimas semanas de abril e na primeira semana de maio de 2016, policiais do 41º Batalhão da Polícia Militar ameaçaram líderes comunitários locais e defensores de direitos humanos que denunciaram assassinatos e abusos cometidos pela polícia na favela de Acari. Policiais militares disseram a uma defensora dos direitos humanos de Acari que parasse de dar informações para "esse pessoal dos direitos humanos" e a um outro defensor que ficasse ciente de que na próxima operação, os policiais "não seriam bonzinhos e iriam atrás deles".

As operações de segurança pública no Rio de Janeiro são operações policiais excessivamente repressoras, justificadas por uma lógica de confronto da chamada "guerra às drogas", que leva a um grande número de mortos, incluindo policiais. No estado do Rio de Janeiro, entre 2006 e 2015, 228 policiais civis e militares foram mortos em serviço. Em 2015, houve um aumento de 66,6% em comparação com 2014.

Gráfico 05: Número de policiais civis e militares mortos em serviço no estado do Rio de Janeiro entre 2006 e 2015

ANO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CIVIL	2	9	4	7	5	4	6	4	0	3
MILITAR	27	23	22	24	15	8	12	16	15	22
TOTAL	29	32	26	31	20	12	18	20	15	25

Fonte: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro - ISP

Entre janeiro e abril de 2016, oito policiais foram mortos enquanto estavam em serviço no estado do Rio de Janeiro, representando uma pequena queda em relação ao mesmo período de 2015, quando nove casos foram relatados.[19]

Em agosto de 2015, a Anistia Internacional lançou o seu relatório "Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro" [20], que listou mais de 20 recomendações para as autoridades em diferentes níveis de governo. Até maio de 2016, pouco progresso foi alcançado pelas autoridades para implementar essas recomendações e abordar os problemas levantados pela Anistia Internacional:

- As investigações sobre as mortes causadas pela polícia documentadas em Acari ainda não foram concluídas e tiveram pouco progresso.
- As famílias das vítimas ainda não tiveram acesso à justiça, reparação adequada ou qualquer assistência psicossocial.
- A Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as mortes decorrentes de operações policiais no Rio de Janeiro. A comissão concluirá seus trabalhos somente em junho de 2016.
- O Chefe da Polícia Civil anunciou publicamente que as investigações sobre homicídios cometidos pela polícia seriam gradualmente transferidas das delegacias locais da polícia civil para a Divisão de Homicídios, o que ainda está para ser implementado de forma integral.
- O Ministério Público emitiu a resolução GPGJ nº 2.021 de 30 de dezembro de 2015, criando o Grupo de Atuação em Segurança Pública, GAESP, que aconselha e apoia o Ministério Público no seu papel de controle externo da atividade policial. O seu papel concreto e modo de funcionamento na prática ainda não estão claros.
- Em 4 de janeiro de 2016, o Conselho Superior de Polícia emitiu uma resolução (resolução conjunta nº 02, aprovada na sessão de 13 de outubro de 2015) para padronizar os registros de casos de pessoas mortas durante operações policiais. A resolução, no entanto, reforça a lógica dos sistemas anteriores em que era usada a terminologia "resistência seguida de morte" ou "auto de resistência", justificando a morte, antes de qualquer investigação, com o argumento de que o policial teria agido em legítima defesa, incriminando automaticamente a vítima.[21]

19 Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), por meio das de suas tabelas de estatísticas mensais sobre indicadores de criminalidade.

20 Anistia Internacional, *Você matou meu filho: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro* (Índice: AMR 19/2068/2015) www.amnesty.org/en/documents/amr19/2068/2015/en/

21 "Resolução do Conselho Superior de Polícia mantém a lógica dos 'autos de resistência', afirma a Anistia Internacional", 5 de Janeiro de 2016, https://anistia.org.br/noticias/resolucao-conselho-superior-de-policia-mantem-logica-dos-autos-de-resistencia-afirma-anistia-internacional/

Protesto na final da Copa do Mundo, Rio de Janeiro, 13/07/2014.

4. RESTRIÇÕES INDEVIDAS E VIOLAÇÕES DO DIREITO AO PROTESTO PACÍFICO

Enquanto o Brasil se preparava para sediar a Copa do Mundo de 2014, centenas de milhares de manifestantes saíam às ruas. As manifestações em massa começaram em São Paulo, em junho de 2013, devido ao descontentamento geral com o aumento das tarifas de transportes públicos, elevados gastos públicos com a Copa do Mundo e carência de investimentos em serviços públicos. Os protestos se multiplicaram e ganharam uma dimensão sem precedentes em dezenas de cidades de todo o país.

A reação da polícia à onda de protestos de 2013 foi violenta e abusiva em muitas ocasiões. Unidades da polícia militar usaram gás lacrimogêneo de forma indiscriminada contra os manifestantes, incluindo o uso em espaços fechados, como em estações do metrô e, em um caso, dentro de um hospital do Rio de Janeiro. Os policiais dispararam balas de borracha contra manifestantes pacíficos e espancaram pessoas com cassetetes, deixando centenas de feridos. Em São Paulo, um fotógrafo perdeu um olho depois de ser atingido por uma bala de borracha. Centenas de pessoas foram indiscriminadamente cercadas e detidas de forma arbitrária, algumas com base em leis de combate ao crime organizado, sem a menor indicação de que estivessem envolvidas em atividades criminosas.[22] Uma minoria dos manifestantes também recorreu à violência em diversas ocasiões, inclusive assediando jornalistas, jogando objetos contra a polícia e danificando propriedades, tais como agências bancárias, lojas e outros bens públicos. Em 10 de fevereiro de 2014, um cinegrafista de 50 anos de idade, Santiago Andrade, foi atingido por fogos de artifício lançados por manifestantes, vindo a falecer logo em seguida.

Rafael Braga, Complexo Penitenciário de Gericinó, Rio de Janeiro, 04/03/ 2014.

RAFAEL BRAGA, SENTENCIADO E PRESO POR CARREGAR PRODUTOS DE LIMPEZA

Rafael Braga Vieira, um jovem de 27 anos e, na época, morador de rua, foi detido em 20 de junho de 2013, após um dos maiores protestos ocorridos no Rio de Janeiro. Ele carregava duas garrafas de produtos de limpeza e foi preso e, mais tarde, processado pelo crime de "porte de artefato explosivo ou incendiário sem autorização". Em dezembro de 2013, Rafael Braga foi condenado e sentenciado a cinco anos de prisão. O laudo pericial do caso concluiu que os produtos químicos em seu poder não poderiam ser usados como explosivos, mas o tribunal desconsiderou esta constatação para chegar ao veredito.[23] Em setembro de 2015, Rafael Braga foi autorizado a trabalhar fora da prisão e a cumprir pena domiciliar. Mas, em janeiro de 2016, ele foi novamente preso com acusações baseadas em um flagrante forjado de tráfico de drogas. A única prova apresentada contra ele no tribunal foi a declaração de um policial militar. Rafael Braga está atualmente na prisão e seu julgamento está pendente.

22 Anistia Internacional, *Eles usam uma estratégia de medo* (Índice: AMR 19/005/2014) www.amnesty.org/en/documents/AMR19/005/2014/en/

23 Anistia Internacional, Eles usam uma estratégia de medo (Índice: AMR 19/005/2014), p. 15 www.amnesty.org/en/documents/AMR19/005/2014/en/

Polícia Militar em um protesto no Rio de Janeiro, 2013.

Durante a Copa do Mundo de 2014 e nos dias que antecederam o campeonato, a repressão policial de manifestações pacíficas foi documentada: policiais usaram gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha para dispersar protestos pacíficos, jornalistas foram feridos por armas "menos letais" e dezenas de pessoas foram arbitrariamente detidas por protestar pacificamente.[24]

Nesse contexto, as autoridades brasileiras usaram uma legislação originalmente concebida para combater o crime organizado e as ameaças à "segurança nacional". Na preparação para a Copa do Mundo, os membros do Congresso Nacional propuseram várias novas leis que, caso aprovadas, restringiriam e violariam os direitos à liberdade de expressão e à manifestação pacífica. Nenhuma delas foi aprovada a tempo da Copa do Mundo, mas em março de 2016, a Lei Antiterrorismo foi aprovada e sancionada como parte dos preparativos para os Jogos Olímpicos. A Lei Antiterrorismo Brasileira (lei nº 13.260/2016) foi amplamente criticada por advogados, acadêmicos, organizações de direitos humanos e mecanismos internacionais de direitos humanos por sua linguagem vaga e pouco específica deixando margem para sua aplicação arbitrária em situações de protestos sociais e manifestações pacíficas.

Em 10 de maio de 2016, a Presidente assinou a chamada "Lei Geral das Olimpíadas" (lei nº 13.284/2016). A lei impõe novas restrições aos direitos de liberdade de expressão e de manifestação pacífica em muitas áreas da cidade-sede que podem ser contrárias a leis e normas internacionais.

Continuam a acontecer manifestações em todo o país e, na maioria das vezes, a polícia tem repetido o padrão de abusos documentado. Isso ocorreu nos protestos de professores, em abril de 2015, no Paraná[25] e durante os protestos de alunos, nos primeiros meses de 2016, em São Paulo. A impunidade continua sendo a regra, com violações de direitos humanos denunciadas não sendo efetivamente investigadas, armas "menos letais" não sendo regulamentadas, forças policiais não recebendo treinamento adequado e mecanismos de responsabilização ainda pouco eficazes. Desde 2013, poucas foram as medidas tomadas pelas autoridades brasileiras para tratar de violações cometidas pela polícia durante protestos. Com isso, subentende-se que tais abusos podem ser cometidos impunemente e são tolerados pelas autoridades.

---

24 Anistia Internacional, *Brasil: Protestos durante a Copa do Mundo de 2014, balanço final* (Índice: AMR 19/008/2014) www.amnesty.org/en/documents/AMR19/008/2014/en/

25 Anistia Internacional, Ação Urgente, "*Military police attack protesting teachers*", emitido em 07 de maio de 2015, AU: 104/15 (Índice: AMR 19/1611/2015)

5. CONCLUSÕES

À medida que o Brasil finaliza os preparativos para que o Rio de Janeiro sedie os Jogos Olímpicos de 2016 em agosto, o risco de violações de direitos humanos aumenta no contexto das operações de segurança pública.

Os valores olímpicos de amizade, respeito e solidariedade não estão em consonância com o predominante uso excessivo e desnecessário da força pelas forças de segurança, o que afeta de forma desproporcional os jovens negros moradores de favelas e periferias.

As autoridades brasileiras não estão apenas deixando de promover o legado olímpico prometido de um lugar seguro para todos, mas também não estão garantindo que os agentes responsáveis por fazer cumprir a lei, especialmente a polícia, cumpram as leis e normas internacionais sobre o uso da força e armas de fogo.

Faltando dois meses para os Jogos Olímpicos de 2016, ainda há tempo para implementar medidas que reduzam o risco de violações de direitos humanos e estabelecem mecanismos de responsabilização para os que cometem violações de direitos humanos.

6. RECOMENDAÇÕES

A Anistia Internacional reivindica que o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a Comissão de Segurança e o Comitê Organizador do Rio 2016, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro:

- Assegurem que todas as forças de segurança que participam em operações de segurança pública antes e durante os Jogos Olímpicos Rio 2016, incluindo as forças armadas, recebam treinamento adequado em conformidade com os Princípios Básicos das Nações Unidas sobre o Uso da Força e Armas de Fogo por Agentes Responsáveis por Fazer Cumprir a Lei, e de acordo com o Código de Conduta para Agentes Responsáveis por Fazer Cumprir a Lei;
- Tomem todas as medidas adequadas para evitar o uso excessivo e desnecessário da força por agentes responsáveis por fazer cumprir a lei, especialmente de armas de fogo e das chamadas armas "menos letais";
- Assegurem que as leis e políticas não imponham restrições indevidas aos direitos de liberdade de expressão e de manifestação pacífica antes e durante os Jogos Olímpicos Rio 2016;
- Assegurem que os direitos de liberdade de expressão e de manifestação pacífica sejam totalmente respeitados e protegidos pelos agentes responsáveis por fazer cumprir a lei e que as forças de segurança que policiam manifestações não façam o uso excessivo e desnecessário da força, incluindo das chamadas armas "menos letais", e que os manifestantes não sejam arbitrariamente detidos;

- Assegurem que as operações de segurança pública nas favelas e periferias, incluindo o destacamento temporário de militares, não resultem em qualquer tipo de abuso;
- Implementem mecanismos de responsabilização específicos, tanto para a polícia quanto para os militares envolvidos em operações de segurança pública, antes e durante os Jogos Olímpicos, incluindo mecanismos acessíveis e seguros para que as pessoas denunciem eventuais abusos sem medo de represálias;
- Garantam uma investigação célere, completa, imparcial e independente das violações de direitos humanos, especialmente em casos de homicídios cometidos por agentes responsáveis por fazer cumprir a lei, e que os suspeitos de responsabilidade criminal sejam levados à justiça em tribunais ordinários;
- Forneçam assistência psicológica e social integral às vítimas e suas famílias, e assegurem reparação adequada, incluindo compensação, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição.

Recomendações ao Governo do Estado do Rio de Janeiro:

- Fortalecer e ampliar a implementação do Programa sobre o Controle do Uso da Força na Polícia Militar, inclusive assegurando recursos humanos e financeiros para o programa;
- Tomar todas as medidas adequadas para proteger de forma eficaz os defensores dos direitos humanos, especialmente aqueles que trabalham em favelas e periferias e que denunciam os abusos policiais, e investigar relatos de ameaças, assédio, intimidação e ataques contra eles.

Recomendações ao Governo Federal:

- Implementar urgentemente um programa nacional destinado a reduzir as taxas de homicídio, que inclua metas nacionais e estaduais para reduzir o número de homicídios decorrentes de intervenções policiais;
- Promover as medidas necessárias para tornar públicas as informações e os dados estatísticos disponíveis sobre mortes decorrentes de intervenções policiais de uma forma padronizada, em nível nacional e para todos os estados, a fim de fornecer informações periódicas sobre o número de mortos em operações policiais;
- Regulamentar o uso de armas "menos letais" de acordo com as leis e normas internacionais.

Recomendações ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

- Implementar uma força-tarefa no Ministério Público que priorize casos de homicídios decorrentes de intervenções policiais, a fim de prontamente concluir investigações que ainda estejam em andamento e levar esses casos à justiça;
- Cumprir o seu papel constitucional de exercer o controle externo da atividade policial, promovendo ações efetivas para monitorar o uso da força, de armas de fogo e de armas "menos letais" pela polícia, especialmente antes e durante os Jogos Olímpicos de 2016.

A VIOLÊNCIA NÃO FAZ PARTE DESSE JOGO.

JOVEM ✓ NEGRO ✓ VIVO

Desde que o Rio de Janeiro foi anunciado como sede das Olimpíadas 2016, mais de 2.500 pessoas foram mortas pela polícia na cidade. Essa violência atinge principalmente a juventude negra.

Você pode ajudar a virar esse jogo.

PARTICIPE DA CAMPANHA, ACESSE ANISTIA.ORG.BR.

#JOVEMNEGROVIVO
#RIO2016

ANISTIA INTERNACIONAL

ANISTIA INTERNACIONAL

ANISTIA.ORG.BR